



Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos

PARECER: 42/96

96.06.20

RECLAMANTE: Rui Manuel Esteves

ENTIDADE RECLAMADA: Hospital Pulido Valente

1. Em 21 de Maio de 1996, o director do Hospital de Pulido Valente comunicou ao advogado, Dr. Fernando Cardoso, não poder satisfazer a pretensão, que este lhe manifestara por escrito, e que consistia em que lhe fosse passado certificado do internamento ou do tratamento recebido no dito Hospital por Henrique da Silva Rodrigues ou, em alternativa, em que lhe fosse passada fotocópia autenticada da respectiva ficha clínica.

2. O Dr. Fernando Cardoso agia na qualidade de mandatário de Rui Manuel Esteves Rodrigues, para o que exhibia a respectiva procuração, e pretendia servir-se dos elementos solicitados para impugnar um testamento deixado por Henrique da Silva Rodrigues, pai do constituinte.

3. Na sucinta comunicação feita ao advogado, o director daquele Hospital fundamentou o indeferimento expresso na Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, “e em particular no seu artigo 8º”.

4. Numa exposição feita à CADA, o Dr. Fernando Cardoso reclama daquele indeferimento afirmando que “o Hospital de Pulido Valente não podia recusar o pretendido acesso, ainda que (por mera hipótese) tivesse de condicioná-lo a indicação de médico para receber as informações e tivesse que suscitar junto dessa Comissão a apreciação da possibilidade de acesso”.

5. Os documentos de que constam os dados respeitantes ao processo clínico de qualquer cidadão sempre têm sido qualificados pela CADA



Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos

como documentos nominativos, cujo acesso é reservado à pessoa a que digam respeito e a terceiros que demonstrem interesse directo e pessoal.

Para além disso, se esses documentos contiverem informações de carácter médico, o acesso tem de ser “mediatizado” por um médico designado pelo interessado em tais informações.

6. Na reclamação que apresenta à CADA, o Dr. Fernando Cardoso faz a demonstração do interesse directo e pessoal do seu constituinte no acesso aos documentos em causa e indica de imediato um médico por intermédio do qual as informações em causa devem ser prestadas.

7. Do nosso ponto de vista, o director do Hospital de Pulido Valente agiu legalmente ao recusar-se satisfazer o pedido do advogado, Dr. Fernando Cardoso. É que os nº 2 e 3 do artigo 8º da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto exigem que a invocação do interesse directo e imediato seja acompanhada de parecer favorável da CADA e que as informações de carácter médico sejam prestadas ao interessado através de médico por si designado.

E faltava quer o parecer quer a designação do médico.

É certo que a alínea d) do nº 1 do artigo 15º daquela lei refere que a entidade a quem for dirigido o requerimento deve, no prazo de dez dias, enviar ao requerente cópia do pedido, dirigido à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, para apreciação da possibilidade de acesso à informação registada nos documentos administrativos.

Só que este dispositivo legal não tem aplicação quando há uma imposição específica que exige que o parecer da CADA seja solicitado pelo terceiro que pretenda exercer o direito de acesso (cfr. nº 3 do artº 8º da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto).



Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos

8. Apreciada assim a questão, tudo nos leva a interpretar a “reclamação” do Dr. Fernando Cardoso como o pedido de emissão de parecer favorável ao acesso aos documentos nominativos em questão. Pedido esse que peca por excesso ao indicar já o médico por intermédio do qual as informações de carácter médico devem ser prestadas. É que essa designação deverá constar não deste seu pedido mas sim do requerimento que, na sequência da emissão do presente parecer, dirigirá à Administração do Hospital de Pulido Valente.

9. Tudo visto e considerando tratar-se de documentos nominativos, relativamente aos quais é demonstrado o interesse directo e pessoal, a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos delibera dar parecer favorável ao acesso à ficha ou relatório clínico de Henrique da Silva Rodrigues, por parte do advogado, Dr. Fernando Cardoso, actuando como mandatário do filho daquele, Rui Manuel Esteves Rodrigues.

Tal acesso, nos termos legais, deverá ser facultado pela Administração do Hospital de Pulido Valente a médico designado pelo requerente.

Lisboa, 20 de Junho de 1996

Albino Soares (Relator) - Fernando Condesso - Mário Rui Marques de Carvalho - Hélio Corvelo de Freitas - José Renato Gonçalves - Branca Pena do Amaral - João Labescat - Armindo José Girão Leitão Cardoso (Presidente)